

Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

PROGRAMA ESTABILIDADE 2018-2022: diminuição do défice à custa da redução percentual das despesas com pessoal (cortes de 6.851M€) e com prestações sociais (cortes de 5.199M€) e de uma taxa de investimento público inferior à média da União Europeia

O governo acabou de apresentar o seu Plano de Estabilidade para 2018-2022. A análise deste documento revela que o atual governo pretende reduzir de uma forma mais rápida o défice orçamental do que o inicialmente previsto (**PE:2016/2020**: 2017:-1,4%; 2018: -0,9%; 2019:-0,1%; 2020:+0,4%; **PE:2018/2022**: 2017:-0,9%;2018:-0,7%; 2019:-0,2%; 2020:+0,7%; 2021:+1,4%; 2022: +1,3%), à custa fundamentalmente da redução, em percentagem do PIB, das despesas de pessoal da Função Pública e das despesas com prestações sociais e também por meio de uma taxa de investimento público inferior à média dos países da União Europeia. Tal política, a concretizar-se, poderá agravar ainda mais o atraso do país e as desigualdades internas. É isto o que se vai mostrar neste estudo utilizando só dados oficiais.

A REDUÇÃO DO DÉFICE ORÇAMENTAL QUE O GOVERNO PRETENDE FAZER OBRIGA A CORTES NAS DESPESAS COM PESSOAL E COM PRESTAÇÕES SOCIAIS DE 12.050,9 MILHÕES €

Em 2017, as despesas com pessoal de todas as Administrações Públicas (*Central, Local e Regional*) representou 11% do PIB. O governo pretende reduzir gradualmente esta percentagem de forma que, em 2022, corresponda apenas a 10% do valor do PIB desse ano. No quadro 1 estão os cortes que o governo tenciona fazer em cada ano para que, em 2022, as despesas com pessoal da Função Pública representem apenas 10% do PIB (*os valores que constam do quadro de cada ano é a diferença entre o valor que o governo quer gastar e o que se obtém calculando 11% do PIB desse ano*). Em relação às despesas com prestações sociais fez-se idêntico cálculo. Em 2017 elas representavam 18,4% do PIB e o governo, para reduzir o défice, pretende reduzi-las gradualmente de forma que, em 2022, corresponda apenas a 17% do PIB deste ano (*os valores que constam do quadro de cada ano é a diferença entre o valor que o governo quer gastar e o que se obtém calculando 18,4% do PIB desse ano*).

Quadro 1 – Cortes nas despesas com pessoal e nas despesas com prestações sociais em cada ano para obter a redução do défice constante do PE 2018/2022

RÚBRICAS DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS DAS AD. PÚBLICAS	2018 Milhões €	2019 Milhões €	2020 Milhões €	2021 Milhões €	2022 Milhões €	SOMA Milhões €
Cortes nas Despesas com pessoal das Administrações Públicas (redução de 11% do PIB para 10% do PIB entre 2017 e 2022 segundo o PE-2017-2022)	-440,8	-872,8	-1 337,3	-1 834,1	-2 365,9	-6 851,0
Cortes nas despesas com prestações sociais (redução de 18,4% do PIB para 17,7% do PIB entre 2017 e 2022 segundo o PE-2017-2022)	-300,6	-519,5	-1 186,3	-1 453,9	-1 739,6	-5 199,9
SOMA	-741,4	-1 392,3	-2 523,6	-3 288,0	-4 105,5	-12 050,9

FONTE: Programa de Estabilidade - Tabela 2.a - pág. 48

Em 5 anos (2018/2022), o governo pretende cortar 6.851 milhões € a preços correntes de cada ano de despesas com pessoal das Administrações Públicas e 5.199,9 milhões €, também a preços correntes de cada ano, de despesas com prestações sociais, o que totaliza, como mostra o quadro, um corte de 12.050,9 milhões € nestas duas rúbricas que são fundamentais para prestação de serviços públicos de qualidade (*educação, saúde, etc.*) e para o aumento digno das pensões de reforma e aposentação, e para o combate à pobreza no país. Mas já há 792 milhões € (*quadro II.2.1, pág. 11*) para financiar o Fundo de Resolução para este apoiar a banca, que é mais do dobro do previsto em 2018 destinado às progressões nas carreiras da Função Pública (*352,7 milhões €, quadro II.2.4, pág.15 do PE*). Esta é a verdade por trás das palavras de Mário Centeno que procuram esconder esta realidade grave para a maioria dos portugueses. É evidente que esta política de cortes nas despesas dos serviços públicos e nas despesas com prestações sociais, para além de agravar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Função Pública (*já perderam 12% do seu poder de compra desde 2010, pois não tiveram qualquer aumento*), atingirá principalmente os portugueses de baixos rendimentos, agravando as suas condições de vida e as graves desigualdades já existentes no país. Assim fica clara a razão por que Centeno pretende congelar os salários da Função Pública por mais anos e Vieira da Silva se recusa a eliminar o fator de sustentabilidade (os aumentos nominais mal dão para compensar a inflação num cenário invariante).

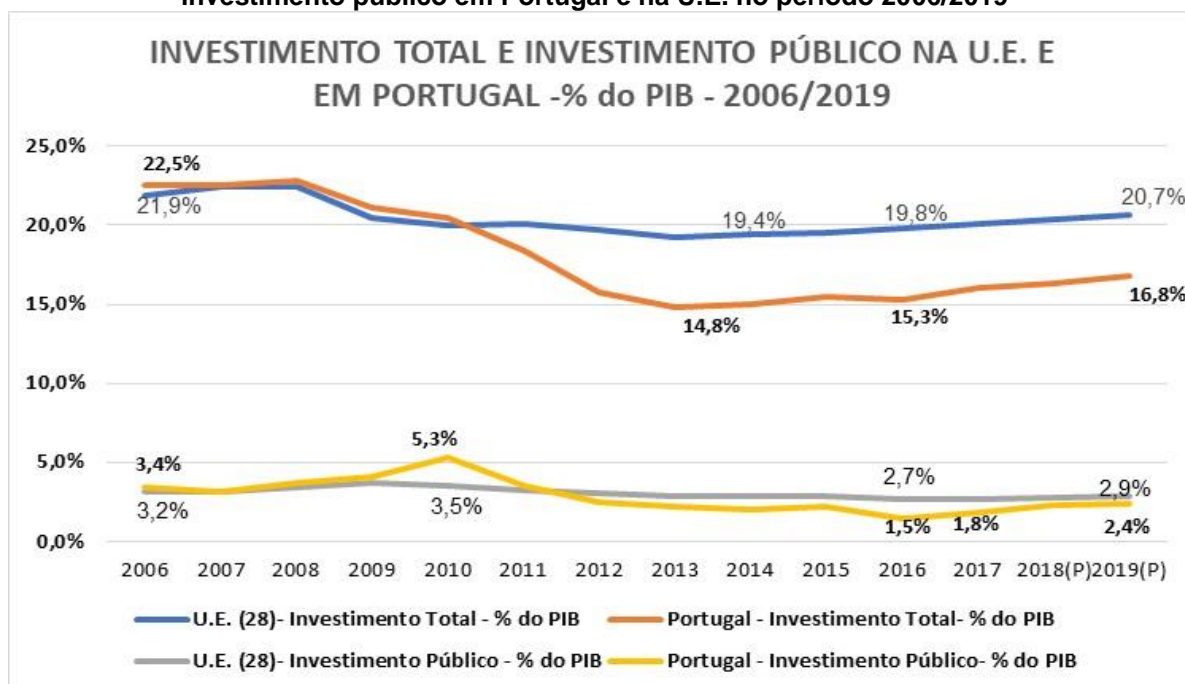
CONTINUAÇÃO DE UMA TAXA DE INVESTIMENTO PÚBLICO INFERIOR À MÉDIA DA U.E.

O investimento público é fundamental não só para dotar o país das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento (*escolas, universidades, hospitais, transporte ferroviário e rodoviário, metro, habitação etc.*) mas também para impulsionar o investimento privado. Contrariamente ao que muitas vezes se diz ou pretende fazer crer, o investimento tanto público como privado em Portugal é significativamente inferior ao investimento médio na

Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

União Europeia, o que acabará por determinar que o nosso país divirja da média dos países da União Europeia. O Gráfico 1, construído com dados oficiais (*Eurostat, INE, AMECO e PE-2018/2022*) mostra isso com clareza.

Gráfico 1- Taxa de investimento total (público + privado) em Portugal e na U.E. e taxa de investimento público em Portugal e na U.E. no período 2006/2019



Começamos pelo **Investimento Total** (*público + privado*) em Portugal e na União Europeia a que se referem as linhas superiores do gráfico (*Portugal: laranja; U.E.: azul*). E a conclusão imediata que se tira é a seguinte: em 2006, o Investimento total em Portugal, medido em percentagem do PIB (22,5%) era superior à média da União Europeia medido também em percentagem do PIB (21,9%), o que contribuiu para que o país convergisse para média europeia. O valor superior manteve-se, como mostram as linhas do gráfico, até 2010, verificando-se a partir desse ano, com o governo PSD/CDS e a “troika”, uma inversão de posições: o investimento total na União Europeia, medido em percentagem do PIB, passou ser mais elevado do que o realizado em Portugal, situação esta que não se alterou com o atual governo (*em 2017, o Investimento Total em Portugal correspondeu a 16,1% do PIB, enquanto a média na U.E. atingiu 20,1% do PIB*). E a previsão para o futuro feita pelo próprio governo é que essa situação se mantenha (*por ex., em 2019: Portugal: 16,8% do PIB; U.E.: 20,7% do PIB*). E estamos a falar de valores em % do PIB, pois no investimento por empregado o fosso é muito maior. Em 2017, o stock de capital por empregado, a preços de 2010, era, em Portugal, de 109.900€. e a media na U.E. era de 179.100€, ou seja + 63%, o que determina que a produtividade por empregado seja muito inferior à media da U.E..

Situação muito semelhante se verifica em relação ao **investimento público** ao qual se referem as duas linhas inferiores do gráfico (*U.E.: linha cinzenta; Portugal: linha amarela*). Até 2011, o investimento público em Portugal, medido em percentagem do PIB, foi superior ao verificado na U.E. o que contribuiu para que o país convergisse para média europeia; a partir desse ano, com o governo PSD/CDS e com a “troika”, o investimento público em Portugal, medido em percentagem do PIB, passou a ser inferior à média europeia, também medida em percentagem. E mesmo com o atual governo esta situação não se alterou, tendo até tendência para se perpetuar como revelam os dados sobre o investimento público constantes do Programa de Estabilidade 2018/2022 (*por ex., em 2019, o investimento em Portugal prevê-se que corresponda a 2,4% do PIB, enquanto a média na U.E. será, de acordo as previsões, 2,9% do PIB*). É evidente que sendo o investimento total e o público, medidos em percentagem do PIB e, consequentemente, também em valor absoluto por empregado, sistematicamente inferiores à média da União Europeia, Portugal terá de divergir, e não a convergir, em termos de desenvolvimento, para a média da U.E. E tudo isto sacrificado no “altar” da obsessão da redução défice.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt – 15-4-2018